

tidade étnica. Os salões de reggae de São Luís estão muito mais para espaços de lazer e de exercício do lúdico.

Na medida em que eles não se articulam enquanto produtores de reggae, não constroem um discurso político, desconhecem a filosofia que embasou o reggae jamaicano, estão, na verdade, dispensando, qualquer tipo de relação com o Estado, com o turismo cultural, e com a ideologia da negritude. Os dados do livro mostram que este fluxo sociocultural está muito mais para o meramente lúdico, para o sentido do jogo (que se manifesta muito claramente na relação com as pedradas) do que para manifestação de etnicidade.

O autor não está alheio a ambiguidade que os conceitos de identidade e etnia carregam, tendo inclusive intercambiado os termos identidade cultural e identidade étnica no decorrer de sua análise. No entanto, parece ter se rendido à tentação antropológica, que movida pelo desejo de preencher uma lacuna do lugar do negro no processo histórico da sociedade brasileira, acaba por eleger um caminho tantas vezes percorrido. E termina por perder de vista trilhas promissoras e bem pouco exploradas pela antropologia brasileira. O próprio Carlos Benedito, em conversas informais, admite que ainda há muito a dizer sobre o reggae em São Luís, e ele mesmo está disposto a fazê-lo. Vale a torcida para que outros caminhos sejam tentados.

Goli Guerreiro

*Universidade de São Paulo
Doutoranda em Antropologia*

Gilroy, Paul. *The Black Atlantic Modernity and Double Consciouness*. London, Verso, 1993. 261p

Gilroy, Paul. *Small Acts. Thoughts on the Politics of Black Cultures*. London; Serpent's Tail, 1993. 257p

Nos ensaios reunidos nestes dois livros, Paul Gilroy examina políticas culturais relacionadas com raça, etnicidade e nação. O objetivo é delinear a relação entre culturas literárias e vernaculares da diáspora negra e formas políticas e filosóficas modernas, com o objetivo de resgatar o negro enquanto agente da história. Ele rejeita a associação íntima entre cultura, etnicidade e nação que caracteriza os nacionalismos culturais tanto brancos quanto negros. Ao contrário, sua abordagem enfatiza o caráter aberto

e fluido da cultura e os processos políticos complexos que historicamente formam as identidades raciais. No livro *The Black Atlantic*, Gilroy sistematicamente analisa a interrelação entre escravidão, tradição e modernidade através de um estudo da tradição radical negra que inclui Martin R. Delaney, Frederick Douglass, W.E.B. Dubois, assim como Richard Wright, Edward Wilmot Blyden e Toni Morrison. Em *Small Acts*, ele aborda temas semelhantes, mas o conteúdo é mais amplo, cobrindo política e cultura popular, especialmente música e artes visuais e dramáticas. Tomados em conjunto, estes dois trabalhos chamam atenção para a completa relação da escravidão e opressão racial com o desenvolvimento histórico da modernidade, e demonstram as maneiras pelas quais os movimentos políticos e culturais negros usam e atuam através de formas políticas e filosóficas ocidentais, mesmo quando eles radicalmente reformulam seus conceitos de razão, liberdade, história, progresso, cultura e nação. Dessa forma, estes dois trabalhos ao mesmo tempo resgatam a atuação negra nos terrenos contestados da diáspora atlântica e oferecem uma crítica ampla das categorias fundamentais da política e da filosofia modernas.

Estes ensaios são produto da experiência específica das lutas raciais e sociais na Grã-Bretanha. Seu ponto de partida é o que, em *Small Acts*, Gilroy descreve como “As peculiaridades do inglês negro”, ou seja, a contradição entre ser negro e ser britânico. Gilroy acha que esta aparente anomalia está enraizada na mutante política cultural de raça. Os racismos populistas emergentes nos anos 70 e 80 (e as reações anti-racistas) fizeram com que a discussão sobre raça fosse desviada da biologia para a cultura. Nestes discursos, raça e etnicidade são cada vez mais compreendidas por negros e brancos, tanto de esquerda como de direita, exclusivamente através dos conceitos de cultura e de identidade. Através da íntima integração de cultura com etnicidade e nação, cultura torna-se naturalizada e estreitamente concebida, como se fosse um termo virtualmente biológico, e etnicidade é considerada como uma expressão de culturas completamente integradas e inteiras. Priorizam-se cultura e etnicidade em detrimento de outras dimensões da experiência social e histórica, tratando as primeiras como atributos característicos das pessoas. Juntas, elas são associadas especialmente a um sentido potencial ou real de integração nacional. Inversamente, as nações são tratadas como comunidades culturais totalmente coesas e culturalmente homogêneas. Dessa forma, diferença cultural e identidade étnica emergem como absolutas e imutáveis. Negritude e britanicidade aparecem como categorias sociais e culturais mutuamente exclusivas.

Gilroy argumenta que este “absolutismo étnico” não apenas sufoca as diferenças dentro das comunidades negras e deturpa as relações entre os

grupos, como, ainda mais importante, exclui da discussão a determinação inerentemente *política* de categorias raciais e as coletividades mutáveis, instáveis que elas representam. Conseqüentemente, as alternativas no debate sobre raça ficam restritas às teorias essencialistas do nacionalismo cultural (branco e negro), por um lado, e, por outro, às concepções pluralistas de raça e cultura tão abertas que tiram do foco de atenção as formas racializadas de poder e subordinação. Embora aparentemente opostos, o pluralismo e o essencialismo são dois lados da mesma moeda. Cada perspectiva desconsidera, do seu próprio modo, a formação histórica e política de raça e a complexidade da experiência racial.

Com o objetivo de ir além do impasse intelectual e político criado por essas limitadas perspectivas nacionais e nacionalistas, Gilroy rejeita a concepção, comum às duas perspectivas, de comunidades culturais como unidades (real ou potenciais) inteiramente formadas e integrais que são coextensivas ao Estado. Para ele, tratar etnicidade como se fosse congruente com as fronteiras de nações-Estados culturalmente coesos obscurece a diversidade, complexidade e criatividade, não apenas da experiência histórica dos povos negros, como também do desenvolvimento da própria sociedade moderna. De fato, a força e a originalidade da abordagem de Gilroy derivam, em grande parte, da sua ruptura decisiva e sistemática com a nação-Estado como foco organizador da compreensão de história, política e cultura. Em seu lugar, ele coloca o Atlântico Negro como ponto de partida e estruturação da análise crítica da política de raça, etnicidade, cultura e nacionalidade. Ele tenta, com a noção de diáspora, especificar simultaneamente identidade e diferença fora dos padrões binários restritivos de estrutura encontrados no essencialismo e no pluralismo. Esta mudança de foco remove a condenação ideológica que exclui automaticamente da história moderna os africanos da diáspora, ao mesmo tempo em que cria a anomalia da Grã-Bretanha Negra. Simultaneamente, possibilita a Gilroy ver a experiência negra na Grã-Bretanha não como uma *subcultura* britânica específica, que deve ser tratada dentro dos estreitos limites da sociologia das relações raciais, mas como parte da *contracultura* transnacional complexa, ampla e bem sucedida do Atlântico Negro.

Gilroy aborda o Atlântico Negro, e os problemas de cultura e identidade que ele acarreta, como resultados do processo histórico. Assim como C.L.R. James, Eric Williams e W.E.B. Dubois, entre outros, ele enfatiza o caráter intrinsecamente moderno da escravidão racial nas Américas e seu papel na formação do mundo moderno. Ele trata o Atlântico Negro como uma unidade distinta e complexa formada pela união de elementos diversos impostos aos povos da diáspora africana pela escravidão de plantation. A escravidão estabeleceu o elo entre a dominação racial e a produção for-

çada de mercadorias para o mercado mundial. Contudo, embora as ideologias raciais não se desvinculem do trabalho, elas também não devem ser reduzidas a ele. Gilroy vê raça como o produto histórico de encontros culturais e políticos, múltiplos e complexos, entre europeus e africanos por todo o Atlântico Negro, e enfatiza uma perspectiva transnacional e intercultural que chame atenção para as culturas compostas, “sincréticas” ou “criolas”, da diáspora. Ele identifica e analisa sistematicamente os pontos de interseção e a constituição mútua, mesmo assimétrica e desigual, das categorias raciais no mundo moderno. Desse modo ele busca legitimar e entender as formas culturais híbridas do Atlântico Negro, e os processos polivalentes da sua formação para melhor compreender o racismo e as culturas políticas negras.

Ao localizar as experiências históricas das populações da diáspora do Atlântico Negro *dentro* dos processos históricos da modernidade, Gilroy pôde reformular criticamente a oposição entre tradição e modernidade que atribui história, progresso, razão e racionalidade ao Ocidente, enquanto atribui aos africanos e aos seus descendentes no Atlântico Negro a eterna alteridade. As filosofias da modernidade a partir de Hegel e Nietzsche, passando por Habermas e Marshall Berman, consideram a modernidade como uma ruptura absoluta, não apenas no tempo, como também no espaço. A negritude aparece nesta tradição intelectual como um conceito fronteiro cuja exclusão marca os limites da civilização ocidental, que permanece a fonte dos valores “universais”. A história da escravidão, caso seja considerada, é vista como a história específica dos povos negros, não sendo relevante para a modernidade filosófica. Em oposição a esta “modernidade inocente”, Gilroy revela a modernidade da escravidão e a cumplicidade da modernidade na escravidão e nas formas de dominação racial. A partir desta perspectiva, a modernidade não pode mais ser considerada como um processo integral, internamente unificado, específico do Ocidente. Em vez disso, ela precisa ser ampliada para abranger o que parece ser seu oposto - o arcaico, o tradicional, o pré-moderno - e, assim, precisa ser entendida como uma relação histórica intrinsecamente heterogênea, assimétrica e não-linear. Além disso, a tradição não aparece mais como um elemento exterior e oposto à modernidade, mas é continuamente recriada através da interação e do conflito com esta.

Ao reinterpretar a relação entre o tradicional e o moderno, Gilroy delimita uma zona de compromisso cultural e político onde se forma a raça. A tradição não pode mais ser vista como um receptáculo para identidades raciais e culturais fixas. Gilroy enfatiza, em vez disso, a descontinuidade histórica representada pela escravidão e pela diáspora. Elementos da cultura tradicional africana são irrevogavelmente separados de suas origens.

Os fragmentos sobreviventes devem ser ativamente recuperados pela memória social e mobilizados através da formação de comunidades de interpretação e de sentimento. Assim, Gilroy trata tradição como uma resposta ativa à modernidade. Tradição e identidade são continuamente construídas e reconstruídas pelos movimentos dos povos negros por emancipação, cidadania e autonomia que se desenvolvem no interior e contra as modernas estruturas de exploração econômica, de dominação política e de subjugação racial. Identidades étnicas e “raciais” já não aparecem como absolutas e fixas, mas tornam-se o resultado instável e mutável de processos históricos e políticos.

Esta perspectiva enfatiza a inventividade, a flexibilidade e a criatividade dos africanos escravizados e seus descendentes, em resposta às condições a eles impostas. As culturas negras da diáspora mostram-se abertas, inacabadas e internamente diferenciadas. Elas são formadas a partir de múltiplas fontes por movimentos que se entrecruzam no mundo atlântico, se sobrepõem e trocam entre si e com outras culturas das potências colonizadoras européias. A nação-Estado permanece um importante ponto de atenção e de mediação dentro do processo transnacional, mas não define suas fronteiras. Experiências históricas e configurações de raça e de cultura, específicas a um lugar, se condensam dentro da matriz unificadora mais ampla do Atlântico Negro. Elas são continuamente criadas e recriadas com o tempo, e sua evolução é marcada pelos processos de deslocamento e de reposição dentro do mundo atlântico, e pela disseminação através de redes mundiais de intercâmbio de comunicação e cultura.

(O afrocentrismo, ao contrário, pressupõe um tempo histórico linear, temporariamente interrompido pela escravidão, através do qual uma cultura africana invariante e integral é capaz de afirmar-se como medida de autenticidade. Embora os argumentos de Gilroy sobre a temporalidade histórica, sobre a natureza da tradição e o papel da escravidão na formação de identidades raciais no Atlântico Negro apontem, em grande parte, contra tais conceitos afrocentristas de tradição, eles se aplicam igualmente aos racismos eurocentristas que usariam tradição para excluir a presença negra de uma participação integral na vida moderna.)

O Atlântico Negro emerge da análise de Gilroy como polímorfo, híbrido, composto - ao mesmo tempo “tradição não-tradicional” e “irredutivelmente moderna”. Dentro deste conjunto “ex-cêntrico, instável e assimétrico”, as culturas negras da diáspora ostentam um relacionamento complexo e problemático com a modernidade. Parte inerente do Ocidente, elas são ao mesmo tempo excluídas das suas categorias universais pela identidade racial. Embora os movimentos políticos e culturais negros, que lutam por emancipação e justiça social, possam ter se formado, em

parte, pelos princípios modernos de liberdade, progresso, razão, eles não podem ser completados dentro das normas filosóficas e políticas da modernidade. As vítimas da escravidão e do terror racial, dentro de um sistema de dominação legítima e racional, precisam dirigir o olhar para uma outra direção a fim de estabelecer sua humanidade e sua legitimidade.

Gilroy argumenta que estar “dentro” e “fora” é melhor compreendido por uma lógica de “isto *e* aquilo”, em vez de “isto *ou* aquilo”. Isso cria uma “dupla consciência”, que dá à produção cultural da diáspora sua natureza característica. Mesmo quando as culturas do Atlântico Negro se baseiam na e operam sobre as estruturas políticas e filosóficas ocidentais, elas são sustentadas e renovadas por tradições exteriores e anteriores à modernidade. Sua anti-modernidade deriva da habilidade que têm de mobilizar “uma pré-modernidade que é tanto imaginada de forma ativa no presente quanto transmitida intermitentemente em eloqüentes pulsações do passado”. Ao invocar com sucesso a memória e a experiência históricas e ao se apropriar de imagens, símbolos e valores do passado, os movimentos culturais e políticos negros, que lutam por auto-expressão, auto-emancipação e autonomia, formam contraculturas que revelam de imediato os limites da modernidade “inocente”, e vão além deles.

Partindo desta perspectiva, Gilroy reconstrói e reinterpreta as culturas vernaculares da diáspora e a tradição negra radical de Frederick Douglas a Richard Wright, não como curiosidades exóticas, nem como uma história cultural peculiar ao povo negro exterior ao Ocidente, mas como elementos formadores da modernidade contraditória e fragmentada do Atlântico Negro. Ele mostra como os modos de expressão, de consciência e de ser social presentes na produção da música, dança e literatura da diáspora negra recriam de uma maneira crítica temas do Iluminismo e da cultura ocidental, de forma que projetam novos conceitos de personalidade, de individuação e de subjetividade. A recuperação imaginativa da escravidão lembra um passado pré-capitalista, ao mesmo tempo em que sugere modos alternativos de existência além dos limites da modernidade. Para aqueles que nunca foram livres e que foram excluídos da condição de liberdade, o diálogo senhor-escravo de Hegel é reinterpretado. No lugar da reconciliação racional através da dependência e interesse mútuos, as alternativas são a liberdade ou a morte. As populações não-livres cujo trabalho foi extraído através da coerção e da opressão raciais abertas, não buscam apenas emancipar o trabalho do capital ou controlar a modernidade para seus objetivos próprios. Sem dúvida, o Jubileu, a utopia do escravo, é um “apocalipse revolucionário ou escatológico” que enfatiza as dimensões expressivas e estéticas da vida social e evoca conceitos de liberdade, de auto-emancipação e de auto-expressão que vão além do interesse próprio, da

satisfação das necessidades materiais e da re-organização racional do trabalho.

Gilroy considera o Atlântico Negro como uma utopia política que expressa o desejo de transcender as estruturas da nação-Estado e as restrições da etnicidade e da particularidade nacional. A partir desta perspectiva quebra-se a integridade dos espaços nacionais, e as histórias lineares e homogêneas de um Ocidente nitidamente demarcado tornam-se criativamente desfocadas. Não é mais possível enxergar a razão, o progresso, a racionalidade como atributos distintos, fixos, coesos, uniformes, universalmente válidos da cultura e história européias, que organizadamente equilibram centro e margem. Eles agora se apresentam como categorias mistas, fluidas e abertas, personificando relações e elementos contraditórios complexos formados em uma escala global.

Movimentos políticos e culturais negros por justiça racial, auto-expressão e auto-emancipação se originam da modernidade e não são necessariamente contra princípios ocidentais de razão, progresso, liberdade, história. Compreendidos dentro do contexto de complexidade temporal e espacial, e de desigualdade histórica, eles questionam oposições temporais simplistas entre moderno e pós-moderno, e oferecem uma alternativa à oposição entre o racionalismo eurocêntrico - que vê a solução da crise atual da modernidade, dentro de seus próprios termos, como a conclusão do projeto do Iluminismo - e um anti-humanismo igualmente ocidental que localiza a causa da crise nas impropriedades do Iluminismo. As tradições culturais e intelectuais da diáspora do Atlântico reconstróem as narrativas da emancipação e da redenção que marcam, não o fim da “grande narrativa da razão”, mas sua extensão, democratização e transformação de maneira a desviar “do Ocidente” o centro gravitacional da ética. Paradoxalmente, discute Gilroy, tais críticas do modernismo podem ser sua afirmação.

Assim, Gilroy radicalmente inverte o conceito de raça como um conceito de fronteira. No seu discurso, negritude não aparece mais como um critério de exclusão. Em vez disso, a dupla-consciência oferece um ponto de observação privilegiado de onde se resgata a subjetividade negra e se envolve em uma crítica teórica e política fundamental e ampla da modernidade histórica e de suas formas ideológicas e parciais. Se a exclusão da raça dos discursos da modernidade mascara seu caráter contraditório, a dupla-consciência inerente às culturas da diáspora do Atlântico revela que tais discursos construíram os caminhos pelos quais a razão e o progresso estruturaram e legitimaram a escravidão e o terror racial praticados contra o “outro”. Assim fazendo, a dupla-consciência do Atlântico Negro revela de imediato o elemento raça como uma relação histórica fundamental da modernidade, assim como a complexidade da experiência racial

e a natureza fragmentada, multidimensional e heterogênea da própria modernidade.

Se Marx e Engels um dia pensaram que o proletariado era herdeiro do Iluminismo e estava destinado a completar seu projeto, Gilroy sugere que tanto o Iluminismo como o proletariado são muito mais problemáticos, ambíguos e incertos do que imaginaram os fundadores do materialismo histórico, e que as soluções para os problemas históricos não fluem inequivocamente do passado, mas viajam em ziguezague pelas zonas temporais e espaciais do Atlântico Negro. Gilroy exige uma “história primeva da modernidade do ponto de vista do escravo”. Ele assim convida não simplesmente a incluir os excluídos em histórias paralelas porém separadas, mas a repensar as categorias mais fundamentais de reflexão histórica a fim de conceber uma história do mundo que fica para ser escrita.*

Dale Tomich
Universidade de New York - Binghamton
Departamento de Sociologia

*Tradução do original em inglês por Maria Inês Guimarães Alfano.